

O QUE SE PRETENDE PROMOVER COM A DUPLA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA? UM OLHAR PARA O “CAMPO DE PÚBLICAS” NO BRASIL¹

Jessica Rani Ferreira de Sousa²

RESUMO

Este ensaio teórico toma como norte a ideia de dupla ruptura epistemológica abordada em Boaventura de Sousa Santos para propor a seguinte reflexão: que tipo de contribuições esse princípio pode inspirar ao avanço do conhecimento científico no “campo de públicas” no Brasil? Considera, para tanto, o campo de públicas enquanto campo multidisciplinar cuja produção de conhecimento está situada em um *locus* caracterizado pelo interesse público, tendo em vista a representatividade da produção científica a ele relacionada e o processo de institucionalização de sua comunidade epistêmica. As principais reflexões sobre o que se pretende promover pelo princípio da dupla ruptura no campo de públicas disseram respeito a: uma comunidade científica que assuma a pertença mútua tanto dos objetos teóricos quanto dos objetivos sociais do campo; comprometimento ético, social e existencial por parte de quem aplica o conhecimento com o impacto de sua aplicação, dentro da proposta de uma aplicação edificante; necessidade de considerar o saber prático, o diálogo de saberes e as abordagens transversais, tanto para a solução de problemas no campo empírico, quanto para a problematização científica em si; uma comunidade científica eminentemente mais tolerante e intersubjetiva.

Palavras-Chave: Sociologia da ciência; Dupla ruptura epistemológica; Campo de públicas.

¿QUÉ SE PRETENDE PROMOVER CON LA DOBLE RUPTURA EPISTEMOLÓGICA? UNA MIRADA AL “CAMPO PÚBLICO” EN BRASIL

RESUMEN

Este ensayo teórico toma como guía la idea de doble ruptura epistemológica abordada por Boaventura de Sousa Santos para proponer la siguiente reflexión: ¿qué tipo de contribuciones puede inspirar este principio para el avance del conocimiento científico en el “campo público” en Brasil? Por lo tanto, considera el campo público como un campo multidisciplinario cuya

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEP) pelo apoio financeiro que tornou esse artigo possível.

² Doutoranda em Administração pelo Propad (UFPE/CCSA). Especialista em Gestão Pública pela UPE. Professora efetiva do IFRN. Participante do Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas (NISP) na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

producción de conocimiento se ubica en un *locus* caracterizado por el interés público, en vista de la representatividad de la producción científica relacionada con él y el proceso de institucionalización de su comunidad epistémica. Las principales reflexiones sobre lo que se pretende promover con el principio de doble ruptura en el campo público se refieren a: una comunidad científica que asuma la pertenencia mutua tanto de los objetos teóricos como de los objetivos sociales del campo; compromiso ético, social y existencial por parte de quienes aplican el conocimiento con el impacto de su aplicación, dentro de la propuesta de una aplicación edificante; necesidad de considerar el saber práctico, el diálogo de saberes y los enfoques transversales, tanto para la resolución de problemas en el campo empírico como para la propia problematización científica; una comunidad científica eminentemente más tolerante e intersubjetiva.

Palabras clave: Sociología de la ciencia; Doble ruptura epistemológica; Campo público.

WHAT'S INTENDED TO BE PROMOTED WITH EPISTEMOLOGICAL DOUBLE RUPTURE? A LOOK AT THE "PUBLIC FIELD" IN BRAZIL

ABSTRACT

This theoretical essay takes as a guide the idea of epistemological double rupture approached by Boaventura de Sousa Santos to propose the following reflection: what kind of contributions can this principle inspire to the advancement of scientific knowledge in the "public field" in Brazil? Therefore, it considers the public field as a multidisciplinary field whose knowledge production is located in a *locus* characterized by public interest, in view of the representativeness of the scientific production related to it and the process of institutionalization of its epistemic community. The main reflections on what is intended to be promoted by the principle of double rupture in the field of publics concerned: a scientific community that assumes the mutual belonging of both the theoretical objects and the social objectives of the field; ethical, social and existential commitment on the part of those who apply the knowledge with the impact of its application, within the proposal of an edifying application; need to consider practical knowledge, the dialogue of knowledge and transversal approaches, both for problem solving in the empirical field and for scientific problematization itself; an eminently more tolerant and intersubjective scientific community.

Keywords: Sociology of science; Double epistemological rupture; Public field.

INTRODUÇÃO

Não há forma única de se produzir conhecimento, tampouco uma forma única de explicar como conhecemos o mundo. Ao longo do tempo, vários epistemólogos dedicaram-se a descrever suas concepções a respeito de como é possível, ao ser humano, adquirir conhecimento e como evolui o pensamento científico. Para Karl Popper, por exemplo, a

possibilidade de uma teoria ser rejeitada ou refutada (falseada) é que faria o conhecimento científico avançar. Ao contrário de Popper, Thomas Kuhn acreditava que a evolução do conhecimento se daria em contextos de crise da ciência normal, por meio de verdadeiras revoluções científicas provocadas pela emergência de novos paradigmas.

A noção de paradigma popularizada por Kuhn (1970) e sua compreensão do conhecimento enquanto linguagem comum a uma comunidade científica abriu espaço para considerar elementos tanto cognitivos quanto sociais ao desenvolvimento das ciências (SANTOS, 1989; CAMINHA; ANDION, 2017) e repercute até hoje na comunidade acadêmica.

Enquanto reflexo do questionamento crítico dos campos científicos, historicamente se tem buscado respostas a perguntas do tipo: como o conhecimento é possível? O que é necessário para superar as lacunas epistemológicas existentes? As respostas para essas questões, durante muito tempo, estiveram pautadas em um paradigma associado à racionalidade científica "moderna". A dita transição para uma "ciência pós-moderna" veio a reforçar a necessidade de repensar as bases epistemológicas da ciência, as condições sociais da produção e os caminhos possíveis para o desenvolvimento do conhecimento científico.

A complexidade dos problemas do mundo globalizado, em transformação permanente, bem como o desenvolvimento das ciências sociais tem requerido um novo modo de pensar ciência, e portanto, não mais limitado ao paradigma positivista. Nesses termos, Santos (1988) menciona uma crise de degenerescência transversal a diversos campos disciplinares, referente a uma crise da modernidade aplicada à ciência. Na origem desse fenômeno estaria, conforme Serva (2013), um contexto de crise multifacetada – institucional, social, econômica e ecológica – das sociedades ocidentais, diante do qual a ciência, enquanto pilar fundamental dessas sociedades, não escaparia ilesa. Começa se verificar, então, uma intensificação de questionamentos sobre os seus paradigmas dominantes.

A partir da década de 1980, passam a florescer epistemologias centradas em campos particulares do conhecimento, elaboradas por pesquisadores pertencentes a tais campos, e transformando a discussão sobre epistemologias específicas em um fenômeno de amplo

espectro. Enquanto consequência disso, pode-se constatar duas tendências de deslocamento da epistemologia. O primeiro deslocamento é referente ao fato de que a epistemologia, enquanto campo do saber filosófico situado na fronteira entre este e a ciência, passa a ser problematizada enquanto tema específico dentro de uma variedade de campos de conhecimento científico. Em segundo plano, diante do desenvolvimento consistente de discussões epistemológicas promovidas por pesquisadores pertencentes a campos temáticos específicos e interessados no questionamento crítico de suas disciplinas, a epistemologia amplia seu escopo de possibilidades de ação na comunidade científica para além da comunidade filosófica (SERVA, 2013).

A crise paradigmática à qual se referem Santos (1988, 1989); Serva (2013) e outros autores também tem contribuído para o desenvolvimento e fortalecimento da sociologia da ciência, disciplina que tem permitido que cientistas sociais passassem a refletir sobre as práticas científicas de pesquisadores e suas contribuições para o debate sobre suas respectivas áreas de pesquisa (CAMINHA; ANDION, 2017). Desse modo, estudar as dinâmicas de um campo específico pela perspectiva da sociologia da ciência também implica em fazer reflexões epistemológicas sobre a construção e consolidação de um campo científico (SERVA; PINHEIRO, 2009; DOMINGOS, 2017).

Considerando, dessa maneira, a sociologia da ciência como disciplina capaz de inspirar, por meio da análise do campo, pistas para o avanço do conhecimento a partir de uma melhor compreensão do contexto em que este é produzido, como poderia, então, a sociologia da ciência, contribuir para uma reflexão a respeito do contexto de produção de conhecimento do campo de públicas no Brasil? Este ensaio teórico se arrisca a indicar algumas pistas, tomando como norte a ideia de dupla ruptura epistemológica. Considera, para tanto, o “campo de públicas” enquanto campo científico, tendo em vista a representatividade da produção científica a ele relacionada e o processo de institucionalização de sua comunidade epistêmica.

Toma-se como base a conceituação de Pires *et al.* (2017), segundo os quais o “campo de públicas” pode ser caracterizado como um campo científico multidisciplinar, construído a partir de diferentes fundamentos epistemológicos, institucionalizado pela associação de

acadêmicos e pesquisadores cuja produção de conhecimento está situada em um *locus* caracterizado pelo interesse público, repercutindo na emergência de subcampos como Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social. Para Keinert (2014), o campo dispõe de um conjunto de elementos que permitem caracterizá-lo enquanto uma comunidade científica na acepção Kuhniana, tendo em vista os esforços acadêmicos e científicos que têm sido empreendidos para consolidação de uma identidade.

Sendo a sociologia da ciência “a que mais se adequa a tornar necessária e possível a dupla ruptura epistemológica” (SANTOS, 1989, p. 137), apresentam-se, adiante, algumas breves considerações sobre a disciplina. Na sequência, recuperam-se os pressupostos da dupla ruptura epistemológica. Na terceira seção do trabalho, discute-se que tipo de contribuições o princípio da dupla ruptura pode inspirar ao avanço do conhecimento científico no campo de públicas no Brasil e à sua consolidação enquanto campo multidisciplinar. Na última seção, são apresentadas as conclusões do ensaio.

SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA E DUPLA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA

A sociologia da ciência toma a própria ciência como objeto de análise, ocupando-se da discussão sobre condições de trabalho internas ou externas ao campo do produto científico (PINHEIRO; MELO; SCHLICKMANN, 2017). Para Japiassu (1991), ela leva em conta as relações entre a ciência e a sociedade, diferindo da sociologia do conhecimento por considerar as condições de trabalho de cientistas. Bourdieu (2004) discorre sobre sociologia da ciência compreendendo o campo científico como campo social, no qual podem ser identificadas relações de poder e disputas de capitais, inclusive do capital científico.

Ao se ocupar de elementos externos e não apenas teóricos ou cognitivos, a sociologia da ciência se preocupa em situar sociologicamente os processos de argumentação, de autoconvencimento dos cientistas e suas formas de creditação. As interferências externas ao fazer ciência e à comunidade científica não são referentes apenas à aplicabilidade de teorias, mas à própria construção teórica (SANTOS, 1989). Essas interferências condicionam a forma de pensar o campo, e conduzem à reflexão sobre suas instituições, a interação entre seus atores,

suas lógicas de ação, de interesse, trocas simbólicas, e sobre as condições sócio-históricas da elaboração e da divulgação da produção científica (SERVA, 2016).

Dentro da tradição teórica da disciplina, Robert Merton foi o primeiro a abordar a ciência de uma perspectiva de investigação sociológica (SANTOS, 1989; CAMINHA; ANDION, 2017; DOMINGOS, 2017). Seu trabalho destaca-se por estabelecer as bases do que o autor denominou de “*ethos*” da ciência moderna, caracterizado por quatro imperativos institucionais: universalismo, referente ao caráter impessoal da ciência para aceitação ou rejeição de um teoria, independentemente das qualidades sociais dos cientistas; comunismo, indicativo de que as descobertas científicas, enquanto fruto de colaboração social, deveriam ser propriedade comunitária; desinteresse, referente ao fato de a instituição científica não estar vinculada a interesses particulares; e ceticismo organizado, relativo à suspensão de julgamentos antes que o cientista possa submeter princípios ou ideias à crítica de autoridade específica (MERTON, 2013).

Entretanto, Santos (1989) argumenta que a sociologia mertoniana concebe a prática científica como uma prática pautada em normas e valores que não correspondem à realidade contemporânea do contexto da produção científica, fortemente marcado por um processo de industrialização da ciência. Coube a Thomas Kuhn (1970) abrir o caminho para uma reflexão sobre o fenômeno científico de maneira mais adequada às práticas científicas dominantes, a partir de sua obra “A estrutura das revoluções científicas” introduzindo, junto com a noção de paradigma, elementos sociais ao desenvolvimento da ciência (SANTOS, 1989; CAMINHA, ANDION, 2017). Para além do impacto perante as áreas tradicionais da reflexão epistemológica, Kuhn teria criado “as bases para uma sociologia crítica da ciência capaz, ela própria, de subverter a divisão positivista entre epistemologia e sociologia da ciência” (SANTOS, 1989, p. 150).

Fala-se, então, em uma sociologia “crítica” porque se concebe a atual situação da ciência como uma situação de crise, de modo que ela procura identificar, no plano sociológico, que razões tendem a fomentar seu aprofundamento. Embora se reconheça, dentro da sociologia crítica da ciência, o caráter privilegiado do conhecimento científico, questiona-se quais os

custos sociais de tal privilégio e como minimizá-los, na medida do possível. Também se critica a ruptura entre sujeito epistêmico e sujeito empírico. Não satisfeita em constatar o que existe, a sociologia crítica aponta para a transformação da ciência dominante, por meio de uma política científica capaz de propiciar uma nova concepção de ciência (SANTOS, 1989).

DUPLA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA

Para Santos (1989), um dos objetivos primordiais da sociologia crítica é identificar as condições sociais que viabilizem uma dupla ruptura epistemológica dentro e fora da comunidade científica. É importante pontuar que esse movimento de dupla ruptura estaria situado dentro de um fenômeno de interação interpretativa mútua (dupla hermenêutica) entre a ciência e as atividades que constituem seu objeto de investigação (GIDDENS, 1989).

De acordo com Giddens (1996), a aplicabilidade da dupla hermenêutica no campo das ciências sociais remete a uma constatação de que, nas ciências sociais, a apropriação de teorias e conceitos técnicos pela sociedade (ou comunidade não científica) pode torná-las elementos constituintes do foco de estudo e alterar o seu contexto de aplicação. Essas considerações se alinham à proposta de dupla ruptura epistemológica em Boaventura no sentido de apontar para uma reflexão dialógica entre conhecimento científico e senso comum (PERES JÚNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2016).

Santos (1989), entretanto, vai além e argumenta ser o objetivo social que fornece força política para a estrutura científica converter em energia produtiva da ciência. Para o autor, o trabalho de “conversão reguladora” (p. 166) remete a uma operação de filtragem, a qual consiste na transformação do objeto empírico social em objeto teórico. Ou seja, a tradução de um objeto teórico em um objeto social e político constitui um modo mais autônomo de a ciência expressar sua dependência em relação às forças e práticas sociais que determinam o sentido e o ritmo de seu desenvolvimento.

É nesse contexto que se torna possível a dupla ruptura epistemológica. A primeira ruptura visa criar um conhecimento novo e autônomo, mediante confrontação da ciência com

o senso comum. No entanto, para que ocorra a segunda ruptura, esse conhecimento precisa se destinar a transformar o senso comum e transformar-se nele (SANTOS, 1989).

A noção de ruptura epistemológica por meio da superação de obstáculos ao conhecimento científico foi inicialmente elaborada por Gaston Bachelar, segundo o qual “o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização” (BACHELAR, 1996, p. 17). Para o filósofo, um dos principais desafios epistemológicos à construção do saber científico seria o abandono do conhecimento próprio do senso comum.

No entanto, a ruptura à qual se reporta Bachelar parece ser possível apenas num paradigma constituído contra o senso comum e oposto a suas orientações para a vida prática, e que pressupõe um único tipo de conhecimento válido. É nesse sentido que Santos (1988, 1989) advoga uma necessidade de “reencontro” entre ciência e senso comum. Diante da crise paradigmática na qual se encontram as ciências sociais, e face à transição para uma ciência pós-moderna (e um paradigma emergente), faz-se necessária uma relação dialógica entre conhecimento científico e senso comum, visando a um conhecimento prático e esclarecido.

Além do questionamento crítico ao paradigma funcionalista, tal perspectiva epistemológica hermenêutica ressalta a apreensão da realidade social mediante interpretação das percepções dos agentes envolvidos nos respectivos contextos pesquisados (PERES JÚNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2016). Considerando que as ciências sociais apresentam um envolvimento direto com a vida social, seus achados científicos também são suscetíveis de ter consequências práticas e políticas independentemente de o pesquisador, sociólogo ou estrategista político decidir que estes achados possam ou não ser aplicados a uma dada demanda prática (GIDDENS, 1989).

O conhecimento científico, quando pautado pelo princípio da dupla ruptura, demandaria, nesse sentido, uma aplicação edificante. Conforme propõe Santos (1989), a aplicação edificante do conhecimento pode ser caracterizada pela presença de um comprometimento existencial, ético e social por parte de quem o aplica, com o impacto da

aplicação. Diferentemente de uma aplicação meramente técnica, a aplicação edificante incide sobre meios e fins, ou seja, não se aplica o conhecimento separando-o de práticas onde os saberes locais circulam.

Com a dupla ruptura, a transformação dos saberes locais viabiliza a transformação do saber científico que, por sua vez, permite também a transformação do sujeito epistêmico, do ser cientista, de modo que esta passa a ter o dever ético de se engajar na luta pelo equilíbrio de poder nos variados contextos de aplicação do conhecimento produzido (SANTOS, 1989).

Feitas essas considerações, são propostas, a seguir, algumas reflexões a respeito do que se pretende promover pelo princípio da dupla ruptura epistemológica no campo públicas no Brasil. É feita uma breve apresentação do campo e de seu processo de institucionalização e, na sequência, discute-se sobre quais implicações o princípio da dupla ruptura pode inspirar ao avanço científico do mesmo e à sua consolidação enquanto campo multidisciplinar.

O QUE SE PRETENDE PROMOVER PELO PRINCÍPIO DA DUPLA RUPTURA EPISTEMOLÓGICA? UM OLHAR PARA O CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL

Tomando como base a definição fornecida por Pires *et al.* (2017, pp. 15-16), o campo de públicas no Brasil pode ser descrito como:

um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.

Em torno do *locus* do interesse público e do *ethos* republicano (KEINERT, 2014; SPINK 2020) que perfazem o campo de públicas, estariam reunidos, a princípio, os subcampos da Administração/Gestão Pública, Políticas públicas e Gestão Social. Associadas a esses subcampos, por sua vez, estariam duas camadas de interfaces disciplinares. A primeira, com

interações mais fortes, formada por áreas do conhecimento historicamente responsáveis por moldar os paradigmas de gestão e políticas públicas (como por exemplo, Administração, Economia, Ciência Política, Direito). Uma segunda interface, com interações menos frequentes, seria constituída por um conjunto de áreas transversais ao campo pelo compartilhamento de tópicos de estudos em comum (como por exemplo, Comunicação Social, Ciências Ambientais, Saúde Coletiva etc.) (COELHO *et al.*, 2020).

O termo “campo de públicas” teria surgido inicialmente em 2010, na ocasião de uma audiência pública para elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s) em Administração Pública no Conselho Nacional de Educação. Nesse contexto, a aprovação de DCN’s específicas para cursos de bacharelado inseridos no campo pode ser considerada um marco do início de sua institucionalização (KEINERT, 2014; COELHO *et al.* 2020). Para Keinert (2014), pode-se falar em um campo que reúne condições para, simultaneamente à sua consolidação, construir uma identidade de comunidade científica, destacando o interesse público e o republicanismo como paradigmas emergentes compartilhados.

A institucionalização do campo seguiu por meio da criação de entidades representativas, como a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anepcp) e a Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (Feneap), ambas constituídas por acadêmicos pesquisadores de diferentes áreas. Além disso, a realização de eventos científicos para professores e pesquisadores, tais como o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Enepcp) e o Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (Eneap), e a conformação de uma comunidade acadêmica que se reconhece como pertencente ao mesmo o tem ajudado a ganhar mais notoriedade e visibilidade (COELHO *et al.* 2020).

Nas palavras de Keinert (2014, p. 175):

Além do desafio de sua institucionalização, garantindo as características de organização flexível, aberta e horizontal, o “Campo” necessita aprofundar a reflexão sobre seus objetos de estudo, sua composição multi/interdisciplinar, suas características técnicas e políticas, sua abordagem teórico-prática da realidade através

do incremento do ensino e da pesquisa voltados para a produção de conhecimento que contribua para a sua autonomização.

Por se tratar de um campo para onde convergem distintas áreas do conhecimento, pode-se falar de uma comunidade epistêmica também diversa, que abrange, em grande parcela, pesquisadores com vivência profissional prática do campo (administradores públicos, analistas de políticas públicas, burocratas de nível de rua etc.) e acesso facilitado aos seus sujeitos ou objetos de pesquisa. Diante de uma comunidade científica com tais características, uma primeira reflexão possível sob a perspectiva da sociologia crítica, é, como tal comunidade poderia se aproveitar de condições de proximidade entre sujeito empírico e sujeito epistêmico para reduzir o caráter de privilégio do conhecimento científico?

Nas palavras de Santos (1989), é pela conversão reguladora que a comunidade científica pode transformar o conhecimento em uma nova configuração do saber e, da mesma maneira, transformar a si própria numa comunidade não menos científica, mas seguramente mais comunitária. Esse movimento só seria possível pela segunda ruptura epistemológica. No campo de pesquisas sobre políticas públicas, em particular, é mais do que apropriado que a comunidade científica assuma a pertença mútua tanto dos objetos teóricos quanto dos objetivos sociais do campo.

Isso se confirma trazendo os objetivos sociais para dentro das reflexões epistemológicas e metodológicas e os objetivos teóricos para dentro dos debates social e político onde se constroem os objetivos sociais. Tal premissa também se alinha ao caráter tecnopolítico inerente aos fazeres do campo de públicas (PIRES *et al.* 2017) e sua propensão a abordagens investigativas (teórico-empíricas) capazes de explorar a realidade política das proposições, aplicações e intervenções no campo, em detrimento de abordagens meramente prescritivas e técnicas.

Essa transformação não é simples, mas pode ser estimulada por novas maneiras de organização da investigação científica, a começar, por exemplo, por novas formas de se pensar projetos de pesquisa integrados a ações sociais comunitárias de extensão. A aproximação entre cientistas e comunidade se faz pertinente, especialmente no campo de públicas, em que as

questões que fomentam a investigação científica dizem respeito, em última instância, ao interesse público (ou comunitário) (KEINERT, 2014; PIRES *et al.*, 2017; COELHO *et al.* 2020). Nesses termos, conforme sugerido por Spink (2020), a ideia de interesse público inerente ao campo o particulariza pela preocupação em discutir questões que emanam do público e constituem, por isso mesmo, um assunto a ser discutido por ele próprio e não por alguém incumbido de falar em seu nome.

Outra condição igualmente importante para promoção da dupla ruptura diz respeito às formas de creditação adotadas na comunidade científica. Nesse sentido, fariam-se necessários mecanismos alternativos para premiar a excelência de trabalhos científicos que mais se aproximem dos pressupostos anteriormente elencados, ou seja, a iniciativa de projetos de pesquisas comprometidas a devolver algo ao contexto social no qual se encontram situados seus objetos teóricos. Isso também ajudaria a promover um campo de pesquisas mais propositivas em políticas públicas.

Esse caráter propositivo, por sua vez, viabilizaria um maior comprometimento ético, social e existencial de quem aplica o conhecimento com o impacto de sua aplicação, dentro da proposta de uma aplicação edificante. A aplicação edificante do conhecimento científico torna-se, assim, um processo argumentativo, cuja adequação residirá no equilíbrio de competências argumentativas entre os grupos envolvidos. O cientista precisa saber falar como cientista e também como não cientista. Em outras palavras, ele não pode deixar que as condições que viabilizaram praticar com excelência a primeira ruptura epistemológica o impeçam ou o tornem indiferente a praticar a segunda (SANTOS, 1989).

Em terceiro lugar, além de multidisciplinar, o campo de públicas também se mostra bastante desafiador, à medida que seus objetos empíricos estão situados em um contexto de constantes transformações sociopolíticas. A literatura de pesquisas acadêmicas tem recorrentemente evidenciado a importância da participação de diversos atores não institucionais para a melhor compreensão das relações entre Estado, mercado e sociedade. Mais ainda nas últimas décadas, tendo em vista que o "público" da Administração Pública foi redefinido, expandindo-se para além dos limites jurisdicionais governo e passando a abranger

entidades não governamentais, comunitárias, instituições voltadas à inclusão cidadã não somente no processo de formulação, mas também de implementação e no controle de políticas públicas (FARAH, 2011).

A agenda convencional em políticas públicas também tem sido objeto de transformações, passando a destacar temas que, em função de sua complexidade e abrangência, necessitam de integração entre várias agências públicas, níveis governamentais e setores da sociedade, para que sejam abordados e atendidos de maneira satisfatória (BRONZO; VEIGA, 2007; GONTIJO, 2012). No contexto brasileiro, aponta-se para uma agenda de pesquisas voltadas à apropriação de novos paradigmas do campo, com aplicações à realidade complexa do país e suas implicações, sugerindo-se, dentre as possibilidades temáticas a serem investigadas, a implementação de políticas em contextos de heterogeneidade e desigualdades, os desafios inerentes ao federalismo brasileiro, o impacto da publicização de serviços públicos, processos participativos e intersetorialidade (LOTTA *et al.*, 2018).

Diante desse cenário, vale destacar a necessidade de considerar o saber prático, o diálogo de saberes e as abordagens transversais, tanto para solução de problemas no campo empírico, quanto para a problematização científica em si. Isso porque o conhecimento formal científico, com toda sua vocação técnica e instrumental, parece não estar proporcionando teorias e instrumentos suficientes para lidar apropriadamente com "*wicked problems*" (BRUGUÉ, 2010) – problemas de difícil solução (tradução minha) – ou demandas sociais que requerem políticas públicas intersetoriais (COSTA; BRONZO, 2012; MARCONDES; SANDIM, 2018).

Como decorrência do princípio da dupla ruptura, almeja-se superar a dita hegemonia do conhecimento científico perante a marginalização de outros saberes existentes na sociedade (religioso, artístico, político etc). Dessa forma, uma comunidade científica pautada pela dupla ruptura mostra-se eminentemente mais tolerante e intersubjetiva. Dentro de tal proposta, o campo de públicas se mostra bastante propício para projetos colaborativos e transdisciplinares de pesquisa, que encorajem a participação política, a co-criação de achados de pesquisa e a construção de conhecimento pautada em múltiplas formas de saber.

Tal visão coaduna com a perspectiva de Coelho *et al.* (2020), sobre um dos principais desafios futuros do campo de públicas, no sentido avançar na construção de uma linguagem comum – a despeito das diferenças epistêmicas ou político-ideológicas: a possibilidade de potencializar uma maior integração do campo enquanto comunidade discursiva na formação acadêmica, comunidade científica de caráter interdisciplinar e comunidade de práticas no Estado e na sociedade.

CONCLUSÕES

Conforme Santos (1989), o princípio da dupla ruptura constitui uma estratégia epistemológica adequada para um período de transição paradigmática em que se encontra a ciência. Nestes termos, a aproximação entre ciência e senso comum almeja produzir uma ciência mais prudente, inteligível e democrática. Também se propõe uma aplicação edificante do conhecimento científico, em condições em que, embora o *know-how* técnico seja imprescindível, o *know-how* ético tem prioridade.

A partir de pressupostos teóricos da sociologia (crítica) da ciência propostos em Boaventura de Sousa Santos, este ensaio se propôs a discutir que tipo de contribuições o princípio da dupla ruptura epistemológica pode inspirar ao avanço do conhecimento científico e à consolidação do campo de públicas no Brasil. Para tanto, foram feitas considerações tanto a respeito do campo empírico (*locus* e objetos de pesquisa) quanto de sua comunidade epistêmica.

Em síntese, as principais reflexões sobre o que se pretende promover pelo princípio da dupla ruptura disseram respeito a: uma comunidade científica que assuma a pertença mútua tanto dos objetos teóricos quanto dos objetivos sociais do campo; o comprometimento ético, social e existencial por parte de quem aplica o conhecimento com o impacto de sua aplicação, dentro da proposta de uma aplicação edificante; a necessidade de considerar o saber prático, o diálogo de saberes e as abordagens transversais, tanto para solução de problemas no campo empírico, quanto para problematização científica em si; uma comunidade científica eminentemente mais tolerante e intersubjetiva.

Embora não tenha sido escopo deste ensaio aprofundar possíveis desdobramentos ou implicações de cada um dos pontos elencados para a teorização e o trabalho de campo de

cientistas ou de grupos de pesquisa no campo de públicas, acredita-se que aqui tenham sido indicados alguns caminhos de partida pertinentes para reflexões futuras. Como sugestão para ensaios epistemológicos posteriores, propõe-se a problematização sobre como tais caminhos têm sido percorridos por comunidades de prática ou grupos de pesquisa dispostos a se orientar por princípios da dupla ruptura, e que possam apresentar evidências empíricas de suas vivências a respeito.

Ademais, ao recuperar a propositura de "dupla ruptura epistemológica" de Boaventura de Sousa Santos, este ensaio não se exime de posteriores contribuições que venham a constituir reparos ou complementos, ou mesmo apontar lacunas epistemológicos ou questionamentos sobre seu método analítico. Algumas provocações podem ser melhor desenvolvidas neste sentido, como por exemplo, a serventia da epistemologia histórica de Bachelard para o campo de públicas; ou o que essa estratégia de aproximação entre ciência e senso comum representa, em especial no contexto de negacionismo pelo qual passa o mundo contemporâneo.

Por fim, pontua-se que trazer de volta o olhar do senso comum para a prática científica não se trata de abrir mão do rigor metodológico por ela demandado, mas de valorizar seu caráter persuasivo e outras de suas características virtuosas, tais como a sua capacidade de captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas e sua natural interdisciplinaridade e potência para reprodução espontânea no cotidiano da vida (SANTOS, 1988).

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. (1a ed. 5ª reimpressão. Trad. Esteia dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BRONZO, C.; VEIGA, L. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 28(92), 5-21, 2007.

BRUGUÉ, Q. **Transversalidade en los proyectos locales**: de la teoria a la pratica. Safaris: Trea, 2010.

CAMINHA, D. O.; ANDION, C. Sociologia da ciência: trajetória e atualidade de uma disciplina em renovação. Anais do **VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, SC, Brasil, 6. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/1P-r_gJ9ju7ObFBXjF6Qt0j6pB4KNWRs9/view. 2017, abril.

COELHO, F. de S.; ALMEIDA, L. de S. B.; MIDDLEJ, S.; SCHOMMER, P. C.; TEIXEIRA, M. A. C. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). **Administração: Ensino E Pesquisa**, 21(3), 488-529. Recuperado de: <https://doi.org/10.13058/raep.2020.v21n3.1897>. 2020.

COSTA, B. L. D.; BRONZO, C. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In.: FARIA, C. A. P. (Org.) **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. (pp. 50-81). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

DOMINGOS, D. C. Sociologia da ciência da Administração no Brasil: análise de artigos selecionados. Anais do **VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, SC, Brasil, 6. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1HmHZkgTVFTNFC8EMKInmRDMmldJUveBO/view>. 2017, abril.

FARAH, M. S. Administração Pública e políticas públicas, **RAP**, Rio de Janeiro 45(3), 813-36. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>. 2011.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva das sociologias compreensivas. 2a ed. Trad. António Escobar Pires. Lisboa: Gradiva, 1996.

GONTIJO, J. G. L. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In. FARIA, C. A. P. (Org.) **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. (pp. 82-122). Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. (6a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KEINERT, T. M. O Movimento "Campo de Públicas": Construindo uma Comunidade Científica dedicada ao Interesse Público e aos Valores Republicanos. **Administração Pública E Gestão Social**, 6(4), 169-176. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4681>, 2014.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolution**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LOTTA, G. S.; NUNES, A. C.; CAVALCANTE, S.; DAMIATI, D.; BONAT, J. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público (Online)**, v. 69, n. 4, pp. 779-810. Recuperado de <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i4.2917>, 2018

MARCONDES, M. M.; SANDIM, T. L.; DINIZ, A. P. R. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10(1), 22-33. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i1.1527>, 2018.

MERTON, R. K. A ciência e a ordem social. In: Merton, R. K. **Ensaios de sociologia da ciência**. (Trad. Sylvia Gemignani Garcia e Pablo Rubén Mariconda). São Paulo: Editora 34, 2013.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Dupla Hermenêutica no Campo da Gestão Social Evidências Empíricas no Âmbito do Colegiado do Território da Cidadania Sertão de Minas. **Desenvolvimento em Questão**, 14(34), 60-90. Recuperado de <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.34.60-90>, 2016.

PINHEIRO, D.; MELO, D.; SCHLICKMANN, R. Estudos em sociologia da ciência da Administração. Apontamentos e desafios metodológicos. Anais do **VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis, SC, Brasil, 6.

Recuperado de
https://drive.google.com/file/d/1jbEVW3Vep4wI_LXukfr1vE4IIJQI1gmV/view, 2017, abril.

PIRES, V.; MIDDLEJ E SILVA, S. A.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Campo de públicas no Brasil: definições, movimento constitutivo e desafios atuais. In.: VENDRAMINI, P.; ALMEIDA, L. S. B. (Orgs.). **Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil**. Florianópolis: UDESC, 2017.

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. (15a ed.). Porto, Afrontamento, 1988.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. (6a ed). Porto, Afrontamento, 1989.

SERVA, M. Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, 11(4), pp. 500-500. Recuperado de
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/14342>, 2013.

SERVA, M. A Contribuição do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência ao Campo da Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, 14(1), pp. 1-11. Recuperado de:
<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395158437>, 2016.

SERVA, M.; PINHEIRO, D. Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração: uma reflexão inicial sobre os estudos do campo no Brasil. **Anais do XXXIII ENANPAD**, São Paulo, SP, Brasil, 33. Recuperado de http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/EPQ3113.pdf, 2009, setembro.

SPINK, P. K. Um olhar pessoal sobre parte da formação do Campo de Públicas (posfácio). In: ALMEIDA, L. S. B.; SILVEIRA, R. M. C.; RODRIGUES, M. I. A.; MELO, C. M. O. (Orgs.). **Contribuições do Campo de Públicas: um olhar sobre democracia no século XXI e os desafios para gestão pública**. Belo Horizonte: FJP, 2020.

Submetido em 17/06/2022
Aprovado em 19/11/2022